

Eduardo Moreira e as missões protestantes no espaço colonial português: ecos de um projeto pedagógico de evangelização na primeira metade do século XX

R I T A M E N D O N Ç A L E I T E

Centro de Estudos de História Religiosa
ritamenleite@gmail.com

Resumo: A estruturação do protestantismo português resultou de um processo complexo dinamizado com uma consistência substancial sobretudo a partir de finais do século XIX. No decorrer desse processo, várias figuras se destacaram na liderança de um movimento pioneiro, participando ativamente da construção da pluralidade religiosa no país. Eduardo Henriques Moreira (1886-1980) sobressai entre esses líderes pela amplitude do seu campo de ação e pela abrangência e densidade da sua reflexão. Na década de 30 (séc. XX), a viagem que levou a cabo pelos territórios africanos de dominação portuguesa, produziu uma influência determinante no seu pensamento e na sua visão sobre o papel do protestantismo em Portugal e da missão evangélica no Império Português. Defendendo a noção de uma unidade nacional que abrangia necessariamente os territórios coloniais, o plano de evangelização projetado por Eduardo Moreira assentava antes de mais na necessidade de promoção da instrução em Portugal e, por conseguinte, nas suas colónias, onde o potencial e a importância das missões evangélicas adquiriram uma abrangência que nunca alcançariam efetivamente na metrópole.

Palavras-chave: Protestantismo, Missionaçã, Instrução, Império, Bíblia.

Abstract: The structuration of the Portuguese Protestantism resulted from a complex process that was dynamized with a substantial consistency mostly since the end of the 19th century. There were several leaders that stood out within this pioneer movement, thus actively participating in the construction of religious plurality in Portugal. Eduardo Henriques Moreira (1886-1980) distinguishes himself between those leaderships because of the range of his action field and the variety and density of his reflection. During the decade of 1930, the trip that he took through all the African territories of Portuguese domination, produced a determinant influence in its vision about the role of Protestantism in Portugal and of the evangelical missions in the Portuguese Empire. Advocating the notion of a national unity that necessarily covered the colonial territories, the evangelization plan projected by Eduardo Moreira was first of all based in the need to promote education in Portugal and, therefore, in its colonies, where the potential and importance of the evangelical missions acquired a magnitude that was never achieved effectively in the Metropole.

Keywords: Protestantism, Missions, Education, Portuguese Empire, Bible.

I. Durante a época contemporânea em Portugal, a influência do catolicismo romano exerceu-se de um modo hegemónico, mas não necessariamente totalizante, na medida em que existiam em Portugal confissões religiosas não-católicas romanas, designadamente as comunidades protestantes. Resultando de um processo longo e complexo, encetado nos finais do século XVIII, mas dinamizado sólida e continuamente sobretudo a partir do século XIX, a implementação do protestantismo no nosso país estruturou-se, em grande medida, sobre a construção de uma rede relativamente restrita de figuras chave que, pela via da militância evangélica e da realização de iniciativas muito concretas, contribuíram positivamente para a afirmação da diferenciação e da pluralidade religiosas em Portugal. Nesse âmbito, Eduardo Moreira (1886-1980) desempenhou um papel fundamental.

Este artigo não pretende abordar diretamente a problemática do protestantismo nem da evangelização das colónias portuguesas, mas antes analisar a influência, na discussão sobre aquela temática, de um ator decisivo do protestantismo português, designadamente naquilo que diz respeito à sua contribuição intelectual e à sua ação naquele contexto. Apesar de não ter sido propriamente um missionário, Eduardo Moreira delineou um plano de evangelização e teorizou sobre um projeto pedagógico desenvolvidos ao longo da primeira metade do século XX.

II. É necessário, desde logo, compreender que Portugal era perçecionado, em si mesmo, pelas correntes protestantes, como um país de missão, e as diferentes confissões presentes¹ no país na transição do século XIX para o século XX eram herdeiras dessa mesma conceção. O protestantismo português não surgiu, pois, a partir de uma dissidência religiosa interna, mas antes do dinamismo missionário oitocentista, resultando efetivamente daquilo que poderíamos designar como um movimento de importação.

Não podendo deixar de se ter em conta o papel da Igreja Católica Romana e da reforma tridentina na manutenção e fortalecimento do catolicismo peninsular e na edificação de barreiras à entrada da Reforma (protestante) em Portugal², é um

1 No que diz respeito à presença do protestantismo em Portugal durante este período, as comunidades dividiam-se essencialmente entre duas correntes principais: a sinodal e a não-hierárquica, a primeira composta pelos Presbiterianos, Metodistas e pela Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica; e a segunda integrando os Irmãos, os Congregacionais, os Batistas e os Pentecostais. Para uma análise mais detalhada da história destas comunidades vejam-se os contributos essenciais de: FERREIRA, António Matos – Protestantismo. In *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*. Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 3. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999-2000, p. 191-197 e SANTOS, Luís Aguiar – Pluralidade Religiosa. Correntes cristãs e não-cristãs no universo religioso português. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 399-501.

2 Uma barreira mantida durante o período da Monarquia Constitucional e corroborada pela legislação liberal, designadamente pela Carta Constitucional de 1826 e Código Penal de 1852 que, teoricamente, limitavam amplamente qualquer tipo de desenvolvimento do processo de diferenciação religiosa que, no entanto, ainda que lentamente, acabou por se concretizar nesse período. As comunidades protestantes estruturaram-se assim progressivamente num espaço de indefinição na legalidade, num (des)equilíbrio complexo entre a criminalização, consignada na lei constitucional e penal, e a integração progressiva no seio da sociedade portuguesa concretizada através do desenvolvimento de uma série de projetos de evangelização e iniciativas sociais

facto que a Península Ibérica só começou a ser perspectivada e valorizada enquanto espaço de missão pelas denominações protestantes a partir do século XIX e no seguimento das revoluções liberais que se desenrolaram durante esse período. Na segunda metade desse século e nos inícios do século XX, assistimos, em Portugal, à concretização e dinamização desses projetos.

A progressão desta presença provocou naturalmente uma reação das autoridades civis e, sobretudo, da hierarquia católica romana, manifestada e materializada na edição de Pastorais contra o Protestantismo³ e numa profusão de opúsculos igualmente antiprotestantes⁴. Esta documentação ilustra claramente a crescente denúncia do “perigo protestante” e, sobretudo, o crescimento de uma preocupação e de um receio, e mesmo medo, em relação àqueles desenvolvimentos, entendidos como um ataque contra o catolicismo romano.

Resultado da atividade missionária das denominações estrangeiras, o cristianismo protestante português foi também fortemente influenciado por grupos de estrangeiros residentes no país, uma influência que se manteve durante bastante tempo. Essa contribuição surgiu inicialmente a partir da comunidade britânica, sendo progressivamente, e sobretudo a partir da transição do século XIX para o século XX, acompanhada, e depois praticamente substituída, pela influência brasileira e norte-americana.

Dinamizado por todas estas origens, o protestantismo português estava já estruturado, nos princípios do século XX, como uma minoria religiosa com uma expressão sociológica significativa e com uma composição nacional efetiva e militante. No contexto desta dinâmica, houve alguns nomes que se destacaram como pioneiros, assumindo posições de liderança. Eduardo Moreira foi uma dessas figuras, e terá sido, porventura, a mais importante. O seu percurso como intelectual e pastor evangélico constitui um capítulo importante da história do protestantismo em Portugal durante o século passado, resultado da sua atividade não apenas como homem da igreja mas também como professor de teologia, romancista, poeta, pensador e político. A sua ação multiforme desenvolveu-se pois nos campos da pregação, do jornalismo, da criação literária (prosa e poesia), da historiografia e do combate político.

Na sua educação, pela via da sua mãe (protestante) mas também pela frequência da Escola Dominical⁵ e pela sua aproximação em relação à comunidade episcopal – a

cuja sistematização espelha, em certa medida, um plano de intervenção e implementação do cristianismo evangélico no interior da sociedade portuguesa. Cf. LEITE, Rita Mendonça – *Representações do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2009.

3 Alguns exemplos: D. AMÉRICO, Bispo do Porto – *Instrução Pastoral sobre o protestantismo dirigida aos seus diocesanos*. Porto: Imprensa Commercial, 1878 ou PIMENTEL, D. João Maria Pereira d’Amaral e, Bispo d’Angra do Heroísmo e Ilhas dos Açores – *Carta Pastoral sobre o protestantismo*. Angra do Heroísmo: Typographia da Virgem Immaculada, 1883.

4 Exemplificada por edições como: RAMOS, D. Luiz Maria da Silva – *Affirmações catholicas contra os erros d’um apóstata*. Coimbra: Editor J. J. Reis Leitão, 1889 ou ALBUQUERQUE, Manuel de – *O Protestantismo*. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense – Editora, s/d.

5 As Escolas Dominicais foram a partir da década de 1830 em Portugal instrumentos essenciais na prossecução da missão evangélica das comunidades protestantes, sendo parte integrante de um projeto educativo amplo que se estruturaria ao longo do século XIX

Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica⁶, Eduardo Moreira recebeu uma forte componente religiosa. A partir de 1898, depois da inauguração da União Cristã da Mocidade (UCM)⁷ em Lisboa, esta organização desempenhou também um papel fundamental na sua militância evangélica. Em 1902, já na Igreja Evangélica Metodista, Moreira iniciou a sua atividade como predicador e, a partir de 1912, consagrou-se exclusivamente à evangelização. Em 1913 integrou uma comunidade congregacional – a Igreja Evangélica Bracarense, e no mesmo ano foi eleito membro Associado da *Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos*, iniciando uma longa e fecunda investigação sobre a história do protestantismo português. Os resultados desse trabalho representam ainda hoje uma reflexão fundamental sobre as questões da pluralidade religiosa em Portugal⁸.

O seu regresso ao universo sinodal deu-se em 1926, pela via da integração na Igreja Presbiteriana de Lisboa. Nessa mesma década, participou ativamente no processo de institucionalização do protestantismo português, assumindo a presidência da (primeira) *Aliança Evangélica Portuguesa*⁹. Eduardo Moreira percorreu portanto os caminhos da “cissiparidade fragmentária”¹⁰, tão própria ao protestantismo, terminando o seu itinerário espiritual na Igreja episcopalista, a já invocada ILCAE onde, em 1947, assumiu o diaconato.

III. No decurso da década de Trinta, mais precisamente em 1934, o pastor protestante levou a cabo uma viagem por todos os territórios africanos de dominação portuguesa. Este périplo por Cabo Verde, Guiné portuguesa, S. Tomé e Príncipe, Angola

e que comportaria igualmente as escolas diárias, escolas profissionais, as Uniãoes cristãs, as Ligas do Esforço Cristão e vários grupos filantrópicos e assistenciais. Cf. AFONSO, José António Moreno – *Protestantismo e Educação. História de um projecto pedagógico alternativo em Portugal na transição do século XIX*. Braga: Universidade do Minho, 2009.

- 6 A primeira comunidade evangélica a organizar-se formalmente como Igreja nacional em Portugal foi a episcopal, através da fundação da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (ILCAE), em 1880. A estruturação da ILCAE foi sustentada por diferentes elementos, designadamente: o apoio da Igreja Anglicana, a cooperação de outras comunidades evangélicas em Portugal e a integração de alguns antigos padres católicos egressos, cuja conversão fortaleceu a comunidade da Igreja Lusitana. Em 1884, a comunidade consolidou uma liturgia própria através da primeira edição do *Livro de Oração Comum*.
- 7 A UCM, mais tarde redenominada Associações Cristãs da Mocidade, foi a primeira organização protestante para a juventude em Portugal e seguiu os sistemas de organização e ação desenvolvidos nas Young Men Christian Associations (YMCA) anglo-americanas. A associação centrava-se no propósito de desenvolvimento espiritual, intelectual, artístico e desportivo dos jovens.
- 8 Destacam-se duas obras essenciais sobre o protestantismo em Portugal: *Crisóstomo Português, Elementos para a História do Púlpito* (1957) e *Vidas Convergentes. História Breve dos Movimentos de Reforma Cristã em Portugal, a partir do século XVIII* (1958). O prestígio e respeito intelectual que adquiriu desde então resultaram inclusivamente no convite para a colaboração na primeira edição da *Enciclopédia Luso-Brasileira*, na década de 50, onde escreveu, entre outros, os artigos: “Bíblia”, “Cristianismo”, “Jesus Cristo”, “Monoteísmo”, “Pancristianismo” e “Versões Bíblicas”, fundamentais para uma história do cristianismo.
- 9 A formação da AEP resultou da justaposição de vários patamares cuja construção foi prolongada ao longo das primeiras décadas do século XX e cujo impulso se situou entre 1917 e 1921, data em que se formularam as suas bases definitivas, um texto que resultou da discussão dos representantes de todas as denominações evangélicas portuguesas. O carácter interdenominacional da AEP prolongou-se como uma força até à realização da sua primeira Assembleia Geral, em 1925 e até ao seu reconhecimento oficial em 1935, período durante o qual Eduardo Moreira desempenhou o cargo de presidente da Aliança.
- 10 O conceito de “cissiparidade fragmentária”, importado do campo da biologia, foi trabalhado pelo próprio Eduardo Moreira na já citada obra: *Vidas Convergentes. História Breve dos Movimentos de Reforma Cristã em Portugal, a partir do século XVIII*. Lisboa: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1958.

e Moçambique, constituiu um marco fundamental na sua reflexão. No exercício de funções enquanto Secretário-Geral da *Liga Evangélica de Acção Missionária e Educacional*¹¹ entrou em contacto com a realidade religiosa colonial portuguesa e, mais especificamente, com as missões protestantes estabelecidas nesse espaço.

Animada pela defesa de uma conceção de unidade nacional entendida necessariamente como um Império, esta viagem desempenhou simultaneamente um papel decisivo na estruturação de um projeto de evangelização. Moreira adotou esse plano como parte integrante e dimensão necessária da missão do protestantismo português, natural e inevitavelmente conectado com o movimento missionário internacional. Desde o início, o projeto exigiu uma apresentação e afirmação numa metrópole de maioria católica romana, onde, sendo amplamente desconhecido, era, no entanto (ou, provavelmente, por consequência) contestado e condenado. Neste contexto, esta viagem funcionou também como uma fonte de argumentação para os debates entre Eduardo Moreira (muitas vezes como representante das comunidades protestantes) e aqueles que acusavam o protestantismo de ser um instrumento de “desnacionalização”, uma acusação que tinha já a sua história em Portugal.

Em 1852, o Conde de Lavradio¹², ministro plenipotenciário da Legação portuguesa em Londres explicava na sua correspondência diplomática¹³:

“Brevemente irá a Lisboa uma Deputação de “Quakers” com uma representação contra o tráfico das escravaturas. Considero esta deputação inofensiva, e parece-me que ela deverá ser acolhida com benevolência pelo Governo de suas Majestades. [...] Se considero inocente a missão dos “Quakers” não considero do mesmo modo a dos Missionários Protestantes Escoceses que pretendem ir aos Açores converter os Judeus, que não sei se lá os há, e às Possessões Portuguesas d’África, para converterem os negros. Estes homens são perigosíssimos, e assim acaba de o reconhecer o Governo Imperial d’Áustria, mandando-os sair da Hungria. Os fins destes homens são diversos, e talvez a Religião seja mais o pretexto do que o fim. É pois a minha opinião que o Governo de sua Majestade deve negar estes homens o seu estabelecimento.”¹⁴

11 A Liga Evangélica de Acção Missionária e Educacional foi fundada em Dezembro de 1933 e teve os seus Estatutos reconhecidos e aprovados a partir de Janeiro de 1934.

12 D. Francisco de Almeida Portugal (1797-1870), 2º Conde de Lavradio, teve um papel significativo no desenrolar do processo liberal em Portugal. Desempenhou diversos cargos, entre os quais se destacaram: o de conselheiro de Embaixada (em Madrid e Paris), o de ministro de Estado, o de par do Reino, e o de ministro plenipotenciário na Legação portuguesa em Londres (entre 21 de Junho de 1851 e 7 de Março de 1869), de onde foi transferido para Roma, cidade onde acabaria por falecer.

13 Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência das Representações Diplomáticas e Consulares de Portugal.

14 Conde de Lavradio a António Aloísio Jervis d’Atouguia, 16 de Fevereiro de 1852, Despacho reservado nº 8. Caixa 65, Maço 1. Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência das Representações Diplomáticas e Consulares de Portugal – Grã-Bretanha, Legação em Londres.

Em 1921, Joaquim dos Santos Figueiredo¹⁵ desenvolveu no periódico protestante *Portugal Evangélico* um longo artigo sobre este assunto, precisamente sobre o entendimento de Portugal e das suas colónias como espaço de missão, defendendo:

“De vez em quando a igreja católica romana acusa o Cristianismo protestante de fazer uma obra desnacionalizadora. Ainda não há muito tempo que as baterias ultramontanas foram assestadas sobre as missões evangélicas estrangeiras, que nas nossas colónias de Angola e de Moçambique andam civilizando cristãmente os indígenas. Fizeram cair sobre elas a acusação de ensinarem nas escolas inglês e francês, e de fazerem política ou americana, ou inglesa, ou suíça, segundo a nacionalidade dos missionários. E o caso é que, apesar de serem bem conhecidos os processos jesuíticos, alguns liberais caíram no laço, e imaginaram que a Inglaterra, os Estados Unidos, e a Suíça estão à espera que os missionários concluem o seu trabalho para se apoderarem daquelas nossas províncias ultramarinas, porquanto não podem compreender que Sociedades Missionárias na Inglaterra e nos Estados Unidos e na Suíça estejam gastando rios de dinheiro com as suas missões desinteressadamente apenas por motivos de amor à civilização!...

Mas, na opinião dos ultramontanos, não são somente os missionários protestantes estrangeiros que são desnacionalizadores; aqui também em Portugal os ministros portugueses da Religião Evangélica desnacionalizam. [...] Perguntará naturalmente quem está lendo estas linhas, em que é que o Cristianismo protestante é desnacionalizador. O leitor não o sabe, mas eu e os inimigos da Igreja Evangélica sabemos-lo perfeitamente. Vejamos.

Os ministros evangélicos desnacionalizam Portugal, principalmente por estas quatro razões: Recomendam a leitura da Bíblia **em português**¹⁶. Fazem os seus cultos, e baptizados, e casamentos, e enterros, **na língua portuguesa**. Ensinam com o Evangelho que se não deve proibir o casamento aos clérigos. E reconhecem a **supremacia do poder civil** nos negócios temporais. Ora tudo isto é duma gravidade anti-patriótica a toda a prova. [...] Todas estas doutrinas dos cristãos protestantes são de tal maneira anti-nacionais, que só em latim ou em grego é que devem ler-se, e mal andam as sociedades bíblicas, publicando em linguagem vernácula, ao alcance de todos que sabem ler, as Sagradas Escrituras, a base da Religião Cristã!”¹⁷

15 Joaquim dos Santos Figueiredo (1865-1937) foi um dos sacerdotes católicos romanos que apostatou no século XIX (1892). Passou pelo metodismo e pelo presbiterianismo e acabou por aderir em 1898 à ILCAE, ocupando o lugar de primeiro bispo eleito da Igreja em 1922.

16 Os sublinhados são do autor.

17 FIGUEIREDO, Joaquim dos Santos – “A desnacionalização protestante”, *Portugal Evangélico*, nº 15, 15 de Dezembro de 1921, p. 2. O artigo continua, com ironia, no sentido da inversão da crítica da desnacionalização: “Agora o que é extraordinário é que esses que tão apaixonadamente vociferam contra a desnacionalização protestante, padres jesuítas de casaca, moços fidalgos, nobres damas, estejam eles próprios desnacionalizados. Eu vejo-os nessas ruas e praças de Lisboa e, pelos seus trajes segundo os últimos figurinos de Paris e de Londres, não se sabe bem se são ingleses, ou franceses, ou americanos. E quantos, que nos acusam a nós cristãos protestantes de desnacionalizadores, em vez de comerem em casa a sua merenda de pão, fruta, e arroz doce, à moda antiga e portuguesa, vão ao *Rendez-vous des Gourmets*, ao *Trianon* ou a outros restaurantes de nomes estrangeiros para o seu *five o'clock tea*? E puseram também de parte as seges e liteiras de nossos avós, e sem escrúpulos patrióticos entram nos automóveis e nos carros eléctricos que nos vieram dos países que Roma excomungou! E não é igualmente verdade que esses bons patriotas em lugar de dançarem em família o vira e a caninha verde e outras danças portuguesas, vão para os clubs estragar a sua saúde, dançando até à madrugada essas outras – *two steps* e *cotillon*, valsas francesas, que nos vieram da França maçônica

Na década de Quarenta, o argumento da desnacionalização tinha ainda eco na opinião pública e continuava a ser evocado a propósito da discussão sobre o sentido da unidade religiosa do país, argumentando-se que “o Protestantismo era contra Portugal” e, num sentido mais lato, que era contrário à identidade portuguesa. A partir da experiência resultante da sua viagem por África, Eduardo Moreira procurou combater esta tese, apoiando-se no conhecimento direto que obteve sobre as missões protestantes nos territórios africanos de dominação portuguesa:

“Primeiro que tudo é necessário definir (tão atrasados estamos!) que é Portugal, e que é o Protestantismo. Sem isso, perdem-se palavras sem proveito algum. Que é Portugal? Um feudo papal? Uma província vaticana? Nunca o foi; e se o tivesse sido alguma vez, hoje não o deveria ser. [...] Entretanto, a maior maldade é talvez a acusação feita, mais uma vez, aos missionários protestantes de, pagos com dinheiro estrangeiro, terem ateadado as ‘revoltas dos cafres em Moçambique e Angola contra a nossa soberania’. Conheço a questão, conheço os missionários, e posso dizer desdenhosamente: É mentira!”¹⁸

Esta defesa da obra missionária protestante, em grande medida consolidada pela viagem de 1934, adquiriu um papel fundamental em todos os diferentes campos de intervenção que compuseram a militância de Eduardo Moreira.

A componente colonialista, parte integrante da ideologia republicana portuguesa, foi, no início do século XX, um dos elementos de encontro entre a militância religiosa e a sua integração nesse mesmo movimento republicano¹⁹. Moreira entendia Portugal como “uma nação íntegra, cujo vínculo moral está dentro das suas fronteiras e não em Roma. A unidade nacional abrange o Império”²⁰, uma ideia que esteve na base da sua intervenção cívica.

No domínio da pregação, o plano de evangelização advogado por Moreira, estruturalmente dinamizado pelas dimensões religiosa e espiritual, incluiu e valorizou o elemento pedagógico como a sua componente essencial. Neste campo, evangelização

e da Inglaterra protestante? Nada disto é, para essa gente, desnacionalização! Mas lerem a Bíblia em português, terem a sua missa portuguesa, serem casados os seus padres, e nos negócios temporais darem a Deus o que é de Deus e a César o que é de César, isto é já para eles americano, inglês ou suíço!”.

18 MOREIRA, Eduardo – Portugal e o Protestantismo, Separata do nº 191 de *O Semeador Baptista*. Leiria: Tipografia M. Barata, 1943.

19 Os anos em que se iniciou na pregação foram também um período em que começou a envolver-se na política, sendo que, em 1906 se fez membro do Partido Republicano Português. Essa filiação baseou-se no facto de, de acordo com EM, o ideário republicano associar os princípios da liberdade e da tolerância e partilhar das suas posições em relação ao clericalismo e à Igreja Católica. Durante a I República, chegou inclusivamente a exercer cargos políticos: entre 1917 e 1919 integrou a Comissão de Divulgação Económica promovida pelo ministro do Trabalho; participou nos esforços levados a cabo para enviar pastores protestantes para a assistência ao Corpo Expedicionário Português; e entre 1919 e 1922 foi vereador na Câmara de Lisboa, onde trabalhou nas comissões da Toponímia, dos Incêndios, dos Mercados, feiras e lavadouros e da Instrução Pública. Porém, no seio das comunidades evangélicas, EM foi aquele que mais abertamente criticou a ação dos primeiros governos republicanos, acabando por alargar a sua crítica à I República enquanto regime (mas não ao republicanismo enquanto ideário).

20 MOREIRA, Eduardo – Portugal e o Protestantismo, p. 3.

e instrução imiscuem-se, fundem-se e confundem-se, porque a ação missionária protestante as considerava como inseparáveis.

O papel central da instrução na dinâmica missionária protestante constituiu um argumento essencial das posições evangélicas: não se tratava apenas da questão da promoção da alfabetização pela via da centralidade da leitura e da tradução da Bíblia no culto protestante, mas, acima de tudo, do entendimento da instrução como uma fonte de “moral sã”. De acordo com Eduardo Moreira,

“A questão do ensino segue-se à da moralidade, para muitos que entendem vir esta por aquele. Nós diremos que um como a outra têm a plena resolução onde a influência protestante se faz sentir. Um são ensino promove a conservação da moral evangélica, moral do coração, que não do cérebro, do Livro, que não dos livros. E na recíproca, uma sã moral é a consequência do ensino evangélico, ensino cordial e infiltrante pela acção do Espírito de Cristo, o Divino Mestre e Mentor dos povos.”²¹

O plano de evangelização protestante fundamentava-se precisamente sobre a necessidade de promoção da instrução em Portugal e, conseqüentemente, nas suas colónias, onde o potencial e a influência das missões evangélicas produziram e assumiram um impacto que nunca haviam efetivamente atingido na metrópole²².

Assim, nesta argumentação figuravam dois elementos fundamentais. Por um lado, o argumento da associação direta entre ensino e progresso, muitas vezes acompanhado da associação entre protestantismo e progresso, de que temos um exemplo claro na “Campanha contra o analfabetismo”, no âmbito da qual Eduardo Moreira se empenhou antes da sua viagem, em 1931, quando, enquanto Presidente da Aliança Evangélica Portuguesa e “julgando interpretar o sentir do evangelismo português” escreveu uma carta dirigida ao *Diário de Notícias*, com o objetivo de proceder ao seguinte esclarecimento:

“A religião do Evangelho é estruturalmente a religião do Livro. É necessário saber ler, para ter um perfeito contacto com as salutares verdades, e essas verdades são fermento de progresso e semente de Liberdade e Amor, para quem nele se edifica. A lei de Laveleye, o famoso sociólogo belga, que afirmava ser a religião do Livro o elemento de melhor progresso, antepondo-se à raça e ao meio, ainda hoje é verdadeira na sua essência. Na minha experiência de ministro evangélico tenho constatado numerosos casos de vitória de pessoas idosas analfabetas, sobre a rotina, a faina diária e a falta de hábitos de estudo, donde procede a sua paz e a sua alegria íntimas. Continuemos todos nós, portugueses de

21 MOREIRA, Eduardo – *A Crise Nacional e a Solução Protestante*. Porto: Biblioteca “António Maria Candal”, 1910, p. 25.

22 Cf. FERREIRA, António Matos – *Correntes cristãs na definição do espaço colonial português*. In *História da Expansão Portuguesa*. Dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 425-443.

qualquer credo ou escola, mas portugueses de coração, unidos ao propósito de elevar a Pátria pela cultura e pela resultante educação.”²³

Por outro lado, o papel essencial da Bíblia, constantemente reclamado. Em 1929, Eduardo Moreira insurgia-se contra as limitações de acesso aos textos bíblicos nas colónias africanas portuguesas, instituídas pelos diplomas legislativos número 167 e 168 da Colónia de Moçambique e inseridos no *Boletim Oficial do Ministério das Colónias* (a 3 de Agosto de 1929), onde se estabelecia no artigo 2º, e entre outras resoluções, a proibição do emprego de escritos em língua indígena na catequese, uma condição que, de acordo com Moreira, contradizia os princípios do protestantismo. As comunidades protestantes viram-se então forçadas a apresentar um protesto através de uma “Representação ao Ex.mo Sr. Ministro das Colónias”, no contexto da qual Moreira explicava:

“A Aliança Evangélica Portuguesa, onde estão representadas todas as igrejas nascidas da Reforma Religiosa e que dos seus admiráveis princípios se não afastaram, tem entre os seus fins estatuídos – ‘pugnar perante os poderes constituídos pela defesa dos perseguidos por motivos religiosos e pela modificação ou derrogação de leis opressivas ou limitativas da liberdade religiosa.’ [...] Segundo os nossos princípios, que criaram em todo o mundo as liberdades da grei moderna, cada povo tem o direito de possuir as Sagradas Escrituras na língua que *sente*. E se um civilizado, chegando a pensar em várias línguas, só lhe é dado bem sentir naquela que sua Mãe lhe ensinou, que diremos dos pobres africanos que desejamos civilizar? [...] Pois os indígenas da África Portuguesa têm direito, tanto como os mirandeses, de possuírem a Bíblia na sua língua materna. [...] negar ao negro o direito de receber a mensagem do Evangelho na língua do seu coração, isso repugna à nossa consciência cristã, e com respeitoso desassombro o queremos afirmar a Vossa Excelência.”²⁴

Porém, deve acrescentar-se que esta posição era entendida como uma especificidade da cristianização evangélica, no sentido em que Eduardo Moreira, como a maioria (senão a totalidade) dos protestantes portugueses, considerava que o “ensino normal” deveria ser ministrado em português em todos os territórios coloniais portugueses. Ao mesmo tempo, os obstáculos legislativos impostos pelo poder político tiveram, na prática, uma eficácia muito limitada, na medida em que em 1937, já depois da sua viagem, Moreira escrevia sobre os resultados do esforço das missões protestantes em África e da distribuição da Bíblia nos territórios africanos portugueses:

“Levámos impulso cristão à África, sem dúvida alguma; mas não tínhamos toda a energia espiritual que dimana da Fonte da Vida, e que os cristãos recebem das Escrituras Sagradas.

23 MOREIRA, Eduardo – “Campanha contra o analfabetismo”, *Portugal Novo*, nº 89, 16 de Outubro de 1931, p. 2.

24 MOREIRA, Eduardo – “Aliança Evangélica Portuguesa. Representação ao Ex.mo Sr. Ministro das Colónias”, *Portugal Novo*, nº 45, 25 de Dezembro de 1929, p. 3.

Gozávamos a influência de efeitos, mas tínhamos perdido a posse da Causa, ou, pelo menos, mal conhecíamos os termos da Sua mensagem. A sede de posse terrena, deu-nos, dessa forma, uma civilização *horizontal*²⁵, ainda que nobre e gloriosa; o Livro fechado permitiu que em nós se desenvolvesse a inapetência para as coisas celestes e a incapacidade para uma civilização *em altura*. Mas os homens são irmãos. E um dia outros vieram abrir o Livro para o nosso coração e abrir o coração para o Livro. E isto não se deu só no berço da Pátria; também os filhos longínquos, as terras do Império, estão recebendo, desde há duas gerações, caudais de água da vida, balaios de pão, multiplicado pela oração do Mestre e Salvador!²⁶

Carregadas de subjetividade, estas afirmações são, no entanto, objetivamente atestadas pelo balanço da distribuição das Escrituras em territórios africanos sob dominação portuguesa: em Angola, a distribuição da Bíblia em congolês, do Novo Testamento em quiôco, luena, quimbundo, umbundo, lunda, luchaze e cuanhama e de Porções da Bíblia em luimbe e mabunda; em Angola e Moçambique, a Bíblia em suaíli, lao, nhanja tsua, xangana e hronga, e o Novo Testamento em lómué, ansenga, audau e tonga, e Porções em macua, ampoto, sena, sênji, chope, xanga e putso; em Cabo Verde, a Bíblia em crioulo e Porções nas línguas que “falam ao coração do povo local”²⁷. No fim dos anos Trinta do século XX, na África portuguesa, a Bíblia circulava em sete línguas, o Novo Testamento em onze e diferentes extratos bíblicos em dez²⁸.

IV. Curiosamente, foi na criação literária, e mais especificamente na poesia, que Eduardo Moreira foi mais contundente e assertivo sobre a pertinência e a sustentabilidade da atividade missionária. Em 1939, refletindo sobre aquilo que denominou como a “Bantuânia”²⁹ e procurando compor alguns “fragmentos da Epopeia de África” na forma de versos, Moreira procedeu à análise do projeto de evangelização pedagógico que promoveu, integrando-o numa perspetiva ampla sobre o Continente africano. Essa visão estruturava-se, por um lado, na denúncia veemente: dos conflitos e divisões que dominavam o continente, do desenvolvimento da influência muçulmana³⁰ e do

25 Os sublinhados são do autor.

26 MOREIRA, Eduardo – “A Bíblia na África Portuguesa”, *Portugal Evangélico*, nº 201, 15 de Abril de 1937, p. 2-3.

27 MOREIRA, Eduardo – “A Bíblia na África Portuguesa”, *Portugal Evangélico*, nº 201, 15 de Abril de 1937, p. 3.

28 Tal como na metrópole, as Sociedades Bíblicas, desempenharam um papel fundamental neste processo de difusão dos textos bíblicos no espaço colonial português. Com presença em Portugal desde 1809, data da primeira intervenção da *British and Foreign Bible Society* no país, o processo de implementação das Sociedades na metrópole e nos territórios ultramarinos proporcionou não apenas a distribuição em massa da Bíblia na sociedade portuguesa, mas também a discussão sobre o problema essencial da traduzibilidade da Bíblia e da vulgarização dos textos bíblicos, com todas as questões de legitimação e fundamentação que as mesmas colocam, donde resultou um importante impacto cultural, a que Eduardo Moreira alude, concluindo: “Ao todo vinte e oito línguas servidas pela generosidade das Sociedades Bíblicas da Inglaterra, da Escócia e da América do Norte. Os exemplares distribuídos podem ser calculados em cerca de 500 mil, se incluímos os impressos pelas próprias missões em África”.

29 MOREIRA, Eduardo – *Bantuânia. Fragmentos da Epopeia de África*. Lisboa: Edições de Portugal, 1939.

30 De que temos um exemplo claro no poema “Sombra do Islão”: “Oh terra sempre bendita / [...] Cenário de mártírios, terra alvíssima, / África Cristianíssima: / Que grande exemplo os deste / Das lutas que matam / Que a fé desbaratam; / Das seitas que malbaratam, / O amor, que é d’alma a vista! / Sepulcro arenoso da fé primitiva, / Escuta este anseio: / Quem dera, rediviva, /

tipo de ação missionária levada a cabo pelos católicos romanos³¹; e, por outro, na valorização: do papel fundamental do acesso aos textos bíblicos³², da pluralidade da dinâmica missionária relativamente à multiplicidade de origens dos missionários e às diversas línguas e culturas em jogo³³ e, finalmente, da definição e construção da figura do Missionário como veículo de educação, de cultura, de espiritualidade e de saúde, numa edificação do mesmo como um soldado da paz³⁴.

Em conclusão, do ponto de vista das comunidades protestantes, a problemática missionária em Portugal teve, de facto, um duplo sentido, na medida em que tanto a metrópole como as colónias eram perspetivadas como terreno de missão. Neste contexto, a importância das missões protestantes, amplamente influenciadas e organizadas por iniciativas de origem estrangeira, estruturou-se essencialmente em torno da valorização do ensino das populações, reivindicando a utilização das línguas locais no domínio das dimensões religiosa e espiritual e da língua portuguesa no âmbito da instrução normal. Todos estes elementos, e grande parte da reflexão que os promoveu, estão presentes no pensamento desta personalidade pioneira do protestantismo português, segundo o qual a cristianização evangélica, com um papel fundamental no âmbito da espiritualidade e da moralidade, se apresentava também, e conseqüentemente, como um fator de integração e de coesão nacional.

Restaurada, remoçada,/ Ela surgiu-se em teu seio!/ Oh terra sempre bendita/ Do grande Tertuliano.../ És hoje a guarda avançada / Do domínio muçulmano!" (MOREIRA, Eduardo – *Bantuânia. Fragmentos da Epopeia de África*, p. 43-44.).

- 31 Presente em versos como "Em nome de Jesus, quanto sangue exaurido, / generoso licor – o sangue do mártirio! Contra o Amor de Deus, que de ódios em delírio! / Contra a Verdade e a Luz, quanto erro transmitido! / Já as areias do Africano sólio / se empaparam no sangue franciscano, / antes que a face do cruel mongólio / varasse o coração dominicano." (MOREIRA, Eduardo – *Bantuânia. Fragmentos da Epopeia de África*, p. 61)
- 32 Explicitada em versos como: "Um novo dia resplendente / Por todo o mundo surge então. / Abre-se o Livro, abre-se a mente / abre-se em luz o coração / É o Evangelho o livro aberto". (MOREIRA, Eduardo – *Bantuânia. Fragmentos da Epopeia de África*, p. 62)
- 33 A que alude em versos como: "Traduz-se o Verbo Eterno em multidão ruidosa / de mil, mais de mil maneiras de falar / Os cliques do Hotentote, as classes Bantuanas, / a forma soluçante do chinês, / a doçura das frases lusitanas, / a clareza expressiva do francês, / a nitidez e a perfeição germanas, / as famosas belezas lituanas / e a brande singeleza do inglês / todas acorrem p'ra tomar a Ideia". (MOREIRA, Eduardo – *Bantuânia. Fragmentos da Epopeia de África*, p. 62-63)
- 34 Uma concepção de que temos exemplos extremamente ricos em poemas como "Missões" e "Fala um Rapaz Português" (MOREIRA, Eduardo – *Bantuânia. Fragmentos da Epopeia de África*, p. 61-67), onde Moreira relembra como "Na Bantuânia, / veio o guerreiro / primeiro; / depois o pioneiro / do negócio, da acção e do progresso. / Veio depois o imposto, o colector, / a estrada, a ponte, o administrador. / Diferente guerreiro ou pioneiro, / o missionário faz o seu ingresso / para ensinar, para curar, para pregar a paz; / e num esforço tenaz / traz ele a Escola e traz o Templo, / ricos de exemplo / que não ilude; / traz a Higiene e a Cirurgia, / dupla virtude / que a dor abranda e a morte adia". (MOREIRA, Eduardo – *Bantuânia. Fragmentos da Epopeia de África*, p. 63)